



OBSERVATÓRIO **BR-319**

<<< INFORMATIVO N°18 | ABRIL 2021 >>>

www.observatoriobr319.org.br



1. Barra de Navegação

Botão do Sumário do Documento.

Como navegar?

Bem-vindos ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br

Textos sublinhados são hyperlinks que te levarão para um link externo.

4. Visualização em Smatphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações e agendamentos.



Botão que indica visualização de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos ou documentos

Indica a numeração e a navegação pelas página

≡ Nesta Edição

4 Editorial

5 Destaque do Mês

- Maior desafio dos povos indígenas da área de influência da BR-319 é o respeito à consulta prévia e autodeterminação

10 Interior em Foco

- Projeto de extensão de melipolinicultura incentiva práticas agroflorestais em comunidade Mura, em Autazes (AM)

12 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento
- Covid-19

19 Ciência

- Educação como resistência e manutenção cultural

21 Minuto BR



Editorial

O Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

Encerramos mais um Abril Indígena durante a pandemia de Covid-19. São tempos desafiadores nos quais precisamos nos reinventar por uma questão de sobrevivência.

E as organizações indígenas têm feito isso muito bem, demarcando espaços em território on-line. Isso mostra o quanto esses povos têm a nos ensinar. A 18ª edição do informativo do Observatório BR-319 destaca alguns desses eventos, mas fica o convite para que todos prestigiem o que aconteceu na programação que contou com a participação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab).

Nós não poderíamos fazer diferente e também trazemos uma edição toda dedicada ao mês que celebra a resistência dos povos ancestrais. A seção **Destaque do Mês** propõe a reflexão premente sobre a importância da consulta aos povos indígenas antes de qualquer obra na rodovia BR-319. Em outubro, abordamos o assunto, mas, agora, aprofundamos a discussão.

A seção **Interior em Foco** mostra que a meliponicultura tem incentivado práticas agroflorestais em comunidades do povo Mura em Autazes (AM). A iniciativa surgiu como um projeto de extensão do Instituto Federal do Amazonas (Ifam) e hoje beneficia mais de 40 famílias no município. A matéria traz o depoimento dos irmãos Rosinete e Adilio sobre as mudanças que criação de abelhas promoveu no local onde moram.

A Educação Intercultural é o tema da seção **Ciência**, que apresenta o trabalho de mestrado do estudante Angéllisson Tenharim, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), em Humaitá (AM). Sob a orientação dos professores Renato Abreu Lima e Maria Eulina Nogueira Leite, ele pretende criar uma ferramenta de luta e resistência cultural através da educação. No artigo, ele fala mais a respeito.

Peço que leiam com atenção a seção de **Monitoramento de Desmatamento**. Pelo segundo mês seguido, os satélites nos apresentam dados preocupantes. O mês de março de 2021 trouxe recordes e mais recordes de perdas de floresta na Amazônia Legal, no Amazonas, em Rondônia e nos municípios da área de influência da rodovia. Unidades de Conservação e Terras Indígenas que nunca registraram desmatamento em março, tiveram registros da ação.

Por fim, confirmam o **Minuto BR**. Comecei este editorial falando sobre ele e reforço que está imperdível. Também peço que ouçam o Vias de Fato, programa de áudio do Centro de Estudos em Sustentabilidade (FGVces) da Fundação Getúlio Vargas, que tem promovido debates de interesse sobre a BR-319.

Boa leitura!

Fernanda Meirelles

Secretária Executiva do Observatório BR-319



Destaque do Mês

Maior desafio dos povos indígenas da área de influência da BR-319 é o respeito à consulta prévia e à autodeterminação

A Convenção 169 da OIT assegura aos povos indígenas o direito à consulta prévia, livre, informada e de boa-fé sobre decisões que venham a impactar seus bens ou direitos. No entanto, esse direito vem sendo desrespeitado.

Os indígenas foram os primeiros habitantes do que hoje conhecemos como rodovia BR-319. A região está repleta de locais sagrados e culturalmente importantes para eles. Um dos maiores desafios que enfrentam, hoje, é a luta pelo respeito ao direito de decidirem por si sobre a realização de obras na estrada. Essas obras podem gerar impactos nos seus modos de vida tradicionais e ainda trazer problemas como invasões de terras e conflitos. No entanto, o processo de licenciamento ambiental realizado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) já está bastante avançado. O Estudo de Componente Indígena (ECI), fundamental para o processo de consulta, foi entregue em agosto do ano passado



Waldimiro é uma das lideranças Apurinã no Purus

Foto: Samara Souza / WWF-Brasil

mas, até agora, o Governo Federal não se manifestou sobre o assunto.

“Já estão vindo fazendeiros de Boca do Acre e de Lábrea para cá. Isso não é bom, porque coloca nossas terras sob risco de invasão, principalmente as Terras Indígenas Tauamirim e Apurinã

do Igarapé São João”, diz o coordenador geral da Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (Focimp), Waldimiro Farias da Silva Apurinã, morador do município de Tapauá (AM).

Os Apurinã estão em, pelo menos, cinco terras indígenas na região. Waldimiro cita como exemplo ruim o impacto ambiental causado pela AM-366, cujo trajeto planejado para ter 578 quilômetros (km) de extensão deveria conectar o rio Madeira a Tapauá, seguindo para o município de Tefé. A estrada foi criada para cortar a Terra Indígena Apurinã Igarapé Tauamirim e o Parque Nacional Nascentes do Lago Jari. **Embora ela ainda não exista, ramais não oficiais já foram verificados na região.**

“Essa estrada está matando todas as cabeceiras de rio, que chamamos mãe do rio, e favorecendo invasões de caçadores e outros problemas. Não estamos sendo consultados pelo Governo Federal. Isso não pode acontecer”, acrescenta o líder indígena.

A cerca de 10 km da BR-319 estão quatro territórios Mura, povo que está em, pelo menos, 33 terras indígenas na região. A liderança de Careiro da Várzea, Herton Mura, pondera que precisa haver diálogo e respeito às leis. “Eu, particularmente, não sou contra a rodovia. Mas quero que o governo consulte todos os povos indígenas, comunidades tradicionais e ribeirinhos que estão na área da estrada, que são os mais afetados”, destaca. “Bem ou mal, os indígenas são resguardados por políticas públicas amparadas em uma legislação educacional e de saúde, elas podem não funcionar como deveriam,

mas existem. No entanto, outras populações estão mais vulneráveis que os indígenas nesse processo”, avalia Herton.

O Estudo de Componente Indígena (ECI) deve ser realizado em paralelo ao estudo de Impacto Ambiental, conhecidos pelas siglas EIA/RIMA, e antes do início de qualquer obra, pois é um detalhamento específico sobre os impactos que os povos indígenas sofrerão. Por isso ele acaba sendo a parte mais complexa de toda a prospecção dos impactos realizada antes da construção do empreendimento. E o mais importante: ele deve contar com a participação dos indígenas afetados pela obra, porque é através dele, quando bem-feito, que os indígenas conhecem o empreendimento, opinam e contribuem inclusive com seus saberes para a avaliação de quais serão as consequências. O ECI faz parte do processo de licenciamento da rodovia e não substitui o direito dos povos de serem consultados segundo a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ou seja, ele é um produto obrigatório e as consultas prévias, livres e informadas, um direito garantido por lei.

“Alguma coisa na vida dessas populações vai mudar com a construção desse empreendimento”, explica a assessora do Programa Povos Indígenas, do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Marcela Menezes. “Para esse estudo ficar bom, tem que contar com a participação dos indígenas, porque eles que sabem como os seus territórios serão afetados”. **Vários povos da Amazônia já construíram seus protocolos de con-**



Área mais polêmica da BR-319 está entre os rios Madeira (na foto) e Purus.

Foto: Drance Jesus / WWF-Brasil

sulta e disseram ao poder público como querem dialogar sobre os empreendimentos que possam afetá-los.

EXEMPLO EMBLEMÁTICO

Em 2010, os Mura foram surpreendidos pela empresa Potássio do Brasil com o anúncio de implantação de uma estrutura de exploração de silvinita na área entre as Terras Indígenas Jauary, Lago do Soares e Vila de Uricurituba. **A empresa pretendia instalar no local uma mina subterrânea, estradas, um porto com acesso ao rio Madeira e até uma extensão de transmissão de energia do linhão Tucuruí – Manaus.**

“Depois que reivindicamos o nosso direito à consulta, o

próprio governo se perguntava ‘com quem nós vamos falar?’”, relata Herton, exemplificando o despreparo das autoridades para respeitar os direitos das populações originárias. “A consulta não evita o impacto de empreendimentos, mas serve para definir como vamos lidar com ele, por isso ela é tão necessária”, acrescenta. “O maior problema que temos hoje, e que pode se agravar, é a grilagem de terras. Quando o Presidente da República diz que vai regularizar terras invadidas, ele dá segurança aos grileiros, que intensificam as invasões. Quem está à beira da estrada, ou a uns 50 km a dentro, está sujeito a isso”, avalia.

Para a liderança Mura, os envolvidos em processos de decisão sobre grandes empreendimentos na Amazônia ignoram alternativas a obras desse porte. “É comum falarem que os indígenas atra-



palham o progresso do Brasil, mas esse dito progresso revela uma visão equivocada. Por exemplo, vi em um porto uma placa que diz ‘pelo fim do isolamento’, como se nós vivêssemos isolados esse tempo todo. Como chegaram aos meus antepassados? Como eu vivo e me desloco? É tudo uma questão de diálogo e boa vontade. Não existe apenas o modal o rodoviário”, comenta.

A disciplina para o respeito à legislação ambiental também preocupa quem pode ser afetado por grandes obras. “Todo mundo quer melhoria de vida, mas desde que sejam respeitados limites e valores. Junto com a pavimentação da rodovia vem uma série de problemas como a grilagem de terras, plantio de soja, de cana-de-açúcar, a pecuária. Pode olhar e ver como a floresta está ficando escassa. Ninguém respeita os limites impostos pela lei. Não entendem o lado espiritual e a nossa ligação com a floresta. Para nós, a floresta vale mais em pé. Não é porque moro em uma casa de alvenaria, que deixei de ser indígena e abandonei a minha ancestralidade”, finaliza Herton.

DIREITO À CONSULTA DEVE SER RESPEITADO

Em 2002, o Brasil ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio do Decreto Legislativo nº 143, em vigor desde 2003, e acolhida no ordenamento legal pelo Decreto nº 5.051/2004, o que a faz valer tanto quanto a Constituição Federal. A medida assegura que os povos indígenas e tribais têm direito à consulta prévia, livre, informada e de boa-fé



Reunião sobre protocolos de consulta realizada em Tapauá (AM) pela WWF-Brasil.

Foto: Samara Souza / WWF-Brasil

sobre decisões que venham a impactar seus bens ou direitos. Ela surgiu em 1989 e, antes disso, muitos empreendimentos foram construídos à força e custaram a vida de populações inteiras.

O antropólogo e indigenista Bruno Walter Caporrino avalia como perigosíssima a demora do Governo Federal em realizar a consulta aos povos indígenas da área de influência da BR-319. “O texto dos tratados internacionais e da Constituição são claros: a consulta deve ser prévia. Nada pode ser feito antes que os indígenas digam se, como e quando querem ser consultados. Nem mesmo os estudos de impacto podem ser feitos antes disso, porque somente os próprios povos indígenas e tradicionais podem determinar se algo os afeta ou não”, explica.

“Somente por meio de processos sérios e respeitosos de consulta

prévia, que sejam realmente livres, informados, de boa-fé e culturalmente adequados, como determina a legislação, é possível a qualquer povo tradicional conhecer de maneira mais aprofundada e de forma coletiva, sem ameaças, pressa ou chantagem, qualquer projeto ou medida”, explica Caporrino. O antropólogo assessorou as organizações Mura a criar o “Trincheiras: Yandé Mura Peara, o Protocolo de Consulta e Consentimento dos Mura de Autazes e Careiro da Várzea, no Amazonas”. “Quando a consulta acontece, desastres são evitados e as propostas e projetos são aperfeiçoados. Todos ganham”, enfatiza.

MINIDOCUMENTÁRIO

Em 2019, antes do início da pandemia, lideradas pela WWF-Brasil, as organizações membro do Observatório BR-319, MPF-AM, Cimi e outros, promoveram em Manaus (AM) e Tapauá (AM) duas oficinas sobre protocolos de consulta. O evento reuniu 145 lideranças indígenas em torno da discussão sobre a importância da consulta para o fortalecimento das organizações indígenas. Os eventos resultaram em um minidocumentário com depoimentos e explicações de lideranças, autoridades e pesquisadores sobre o assunto.



E COMO FICAM OS ISOLADOS?

O Brasil é o país do mundo com maior número de registros de povos indígenas em isolamento voluntário. Para efeitos de monitoramento, o Observatório BR-319 considera a existência de, no mínimo, três grupos nesta condição na área de influência da rodovia, são eles: Isolados do Rio Cuniuá, Isolados Hi-Merimã e Isolados do Rio Maici.

Esses indígenas não têm uma denominação específica como outros povos, porque ainda não foram oficialmente contatados. Os isolados vivem assim, voluntariamente, pois em algum momento da história já tiveram contato com os não indígenas, ou sabem da existência deles, mas preferiram não estabelecer nenhum tipo de relacionamento com outra sociedade.

Esse isolamento é considerado um obstáculo para o processo de demarcação de terras e consultas. Mas a liderança Herton Mura acredita que não seja tão difícil saber o que eles querem. “Se esses indígenas estão isolados, essa já é a resposta deles. Eles não querem contato. O silêncio também fala”, diz Herton.

INTERVENÇÕES NÃO SERÃO FEITAS SEM A DEVIDA LICENÇA

Por meio de nota, o Dnit disse que vem cumprindo todas as determinações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Fundação Na-

cional do Índio (Funai). O órgão também disse que nenhuma intervenção será realizada no Trecho do Meio sem a respectiva licença ambiental. O órgão também ressaltou que o processo de diálogo está suspenso em função da pandemia, mas que será retomado após o avanço da imunização dos povos indígenas.

Leia a nota na íntegra.



Índigena segura cerâmica dos isolados Hi-Merimã

Foto: Daniel Cangussu/FPE Madeira-Purus/Funai





Interior em Foco

Colônia de abelhas sem ferrão produzem mel saboroso e com alto valor nutricional.

Projeto de extensão de meliponicultura incentiva práticas agroflorestais em comunidade Mura, em Autazes (AM)

Iniciativa pretende agregar qualidade de vida às comunidades e explorar atividades econômicas alinhadas com a vocação econômica local.

As abelhas são animais importantes na manutenção da biodiversidade, pois ajudam na reprodução de diversas espécies de plantas através da polinização. Elas também contribuem na alimentação e na saúde humana com a produção de mel, usado na culinária e em remédios naturais. É o caso da comunidade indígena Moyray, do povo Mura, localizada na AM-254, em Autazes (AM). No local, o Instituto Federal do Amazonas (Ifam) implantou um projeto pioneiro de criação de abelhas sem ferrão, a meliponicultura, que também incentiva práticas agroflorestais entre comunidades da região.

A iniciativa é coordenada pelo professor e doutor em engenharia florestal Rinaldo Sena Fernandes, um dos maiores entusiastas da atividade no Amazonas. “Quando recebemos os alunos de Autazes no curso técnico de Agroecologia, nosso principal objetivo era prepará-los para que pudessem mudar para



Moradores de comunidades indígenas de Autazes fazem o manejo de colônia de abelhas sem ferrão.

Foto: Rosinete de Souza Mura / Arquivo Pessoal

melhor a vida nas comunidades onde moram. O primeiro passo foi mapear demandas e oportunidades”, relata Fernandes.

O uso do mel faz parte da cultura da comunidade, mas os moradores não sabiam como manejar e produzir o alimento. Ao perceber a oportunidade, Rinaldo criou o curso de extensão em

Meliponicultura que beneficia, atualmente, mais de 40 famílias nas comunidades Moyray, São Félix, Cuia e Guapenu. “Não se trata apenas de meliponicultura, mas de práticas agroflorestais que dividem espaço com a criação de abelhas”, diz Rinaldo. “É uma atividade integrada a plantios florestais, de frutíferas e outras culturas de ciclo curto, contribuindo para o aumento do uso múltiplo da floresta, proporcionando subsistência e até renda aos comunitários”, acrescenta.

A comunidade Moyray está localizada no território da Terra Indígena Guapenu, que ainda se encontra em processo de identificação pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

MEL COM SELO MURA

Pelo menos cinco alunos fazem a manutenção das atividades do projeto. Uma delas é Rosinete de Souza Mura, que, ao lado do irmão, Adilio, monitora a produção de mel na Moyray. “Aqui se produz mel com selo Mura”, diz Rosinete orgulhosa. “Depois que passamos a produzir o nosso mel, percebemos que ele tem uma qualidade muito superior a dos demais”, acrescenta Adilio.

A meliponicultura vem provocando mudanças visíveis na comunidade. Eles contam que hoje a coleta de frutas é mais farta, pois as árvores produzem mais devido à polinização das abelhas e também fazem mais remédios caseiros, devido à abundância de mel. “Em breve, vamos estender e consolidar a criação de abelhas sem ferrão nas comunidades Terra Preta, Josefa, Trancheira e São Félix. Nosso objetivo é mostrar os benefícios dos sistemas agroflorestais e combater práticas que incentivam o desmatamento”, diz Rosinete.



Monitoramentos: Focos de Calor, Desmatamento e Covid-19





Monitoramento de Focos de Calor

REDUÇÃO CONTÍNUA DE QUEIMADAS

Pelo terceiro mês seguido, as regiões monitoradas pelo Observatório BR-319 apresentaram redução no número de focos de calor em comparação ao mesmo período de 2020.

Em março, a região da Amazônia Legal teve queda de 60% no dado registrado pelos satélites. Já os estados do Amazonas e de Rondônia tiveram diminuição, respectivamente, de 79% e 50% na quantidade de focos detectados.

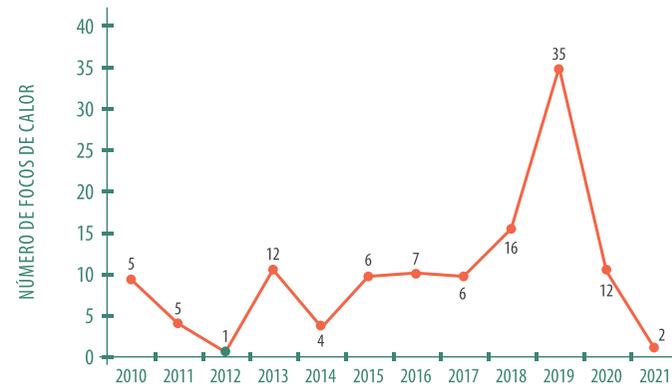
Além disso, os municípios da BR-319 registraram dois focos de calor no período, o que corresponde a uma redução de 83% em comparação ao mês de março do ano passado. Este foi o segundo menor número dos últimos 12 anos, ficando atrás apenas de março de 2012, que apresentou apenas um foco.



NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS DA INFLUÊNCIA DA BR-319



FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE MARÇO (2010 A 2021)



COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS DA INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A MARÇO DE 2020

AUMENTOU (3 ícones de fogo)

- Autazes (de zero para 1 foco)

DIMINUIU (2 ícones de fogo)

- Beruri (de 4 para zero)
- Borba (de 2 para zero)
- Careiro (de 1 para zero)
- Careiro da Várzea (de 1 para zero)
- Humaitá (de 2 para zero)
- Lábrea (de 1 para zero)

FOCOS DE CALOR ZERO EM FEV/2021 (1 ícone de fogo)

- Beruri
- Borba
- Canutama
- Careiro
- Careiro da Várzea
- Humaitá
- Lábrea
- Manaquiri
- Manaus
- Manicoré
- Tapauá



ÁREAS PROTEGIDAS

Em março de 2021, não foram registrados focos de calor no interior de nenhuma das 42 Unidades de Conservação (UC) monitoradas pelo Observatório BR-319. Em relação às 69 Terras Indígenas (TI), apenas a TI Jauary, localizada no município de Autazes, apresentou um foco de calor em seu território.

No monitoramento de janeiro de 2021, informamos que a APA do Rio Pardo e a FES do Rio Pardo, ambas localizadas no estado de Rondônia, seriam adicionadas ao nosso banco de dados para monitoramento. No entanto, após avaliação do órgão ambiental competente, foi esclarecido que as UCs foram extintas. Sendo assim, elas permanecem fora do nosso banco de dados.

1,4%

DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTOU FOCOS DE CALOR

0%

DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR



LISTA DE TIs MONITORADAS

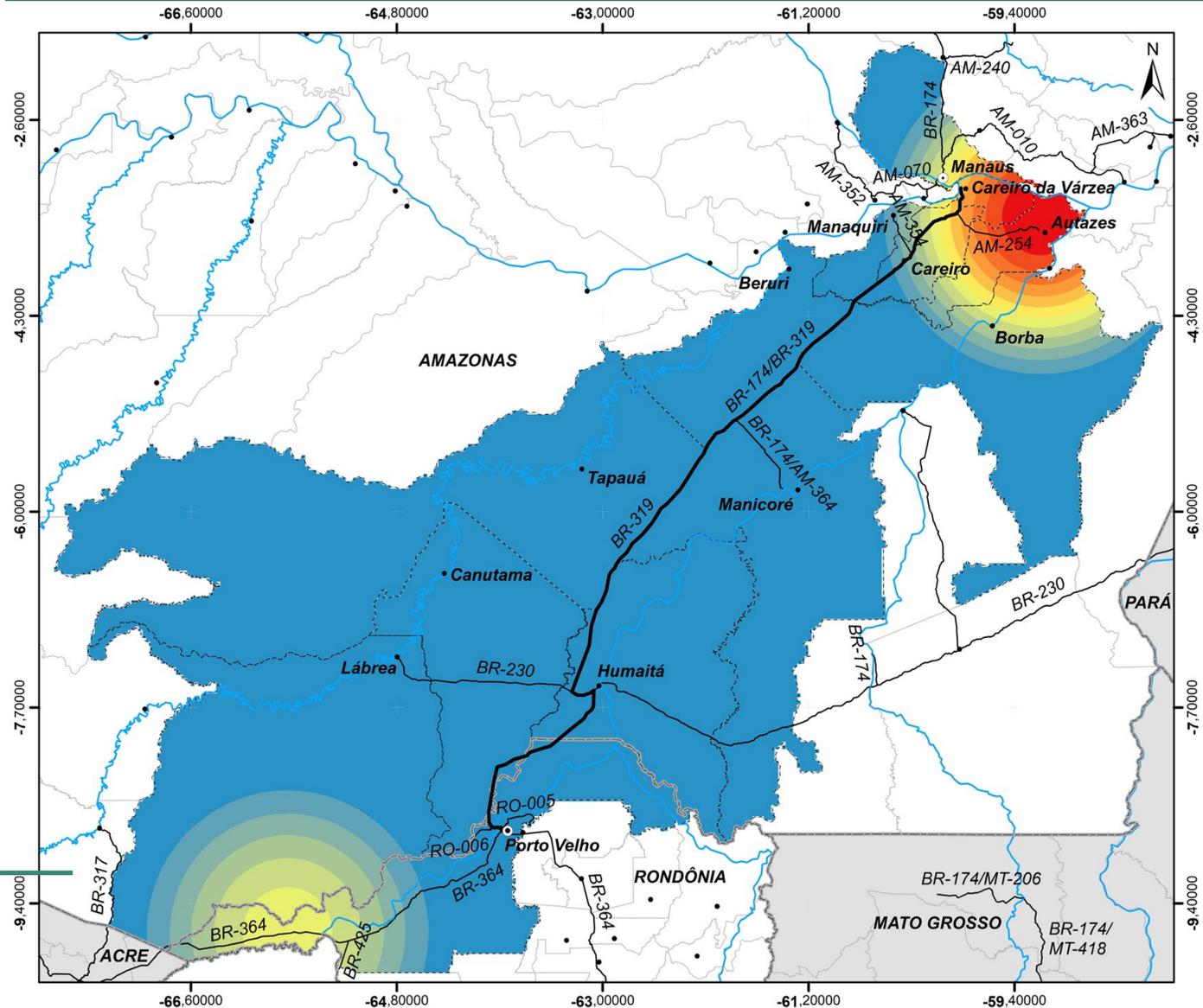


LISTA DE UCs MONITORADAS



Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.

Mapa de Densidades de Foco de Calor nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Março 2021





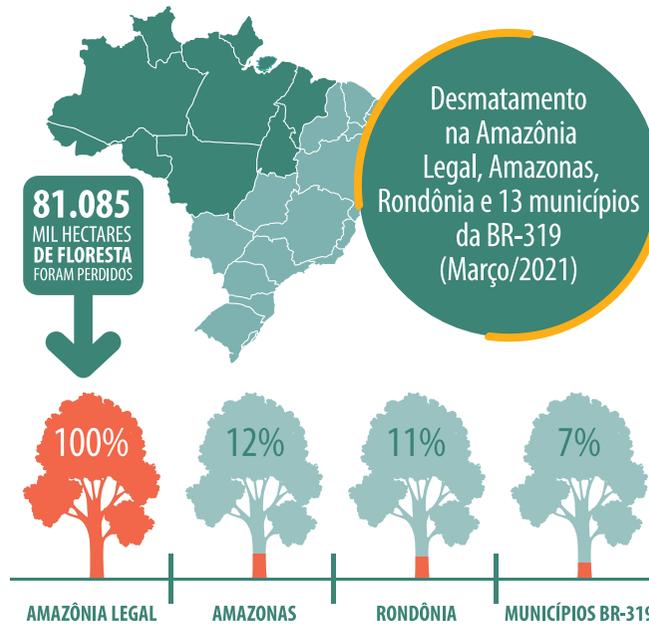
Monitoramento de Desmatamento

MARÇO DE DESMATAMENTO RECORDE NA AMAZÔNIA

Março de 2021 foi o mês de março recordista em desmatamento na Amazônia nos últimos 10 anos.

Nosso banco de dados, cujo monitoramento inicia em 2010, vai além: seguindo a mesma tendência, tanto a Amazônia Legal quanto o Amazonas, Rondônia e os municípios da BR-319 apresentaram recorde nas taxas de desmatamento para o mês nos últimos 12 anos. Foram respectivamente 81.085 hectares de floresta perdidos em 2021 em relação a 2020. O aumento em relação a 2020 foi expressivo: 219% de aumento na Amazônia Legal, 25% no Amazonas, 266% em Rondônia e 49% nos municípios da BR-319.

Oito, dos 13 municípios monitorados, apresentaram aumento no desmatamento (os valores podem ser vistos na tabela) e também registraram recordes para março nos últimos 12 anos. Destacam-se: Lábrea, 8º lugar no ranking dos 10 municípios que mais desmataram em toda Amazônia Legal, e Borba, que apresentou o maior aumento em relação a março de 2020, dentre os 13 municípios: 3.389%.



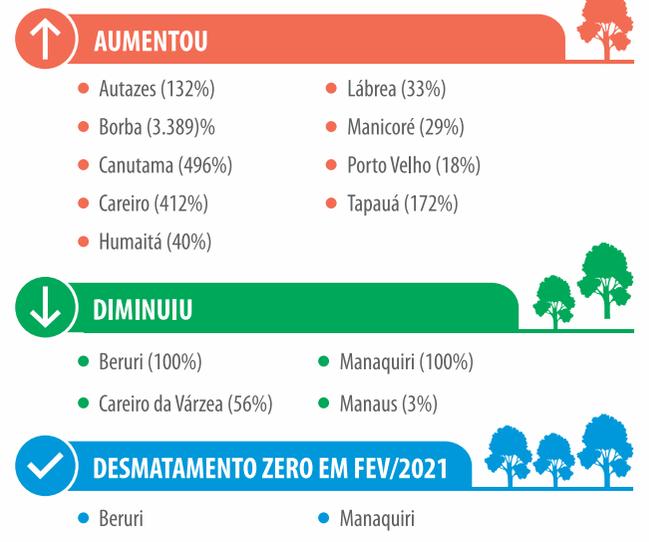
DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS DA INFLUÊNCIA DA BR-319



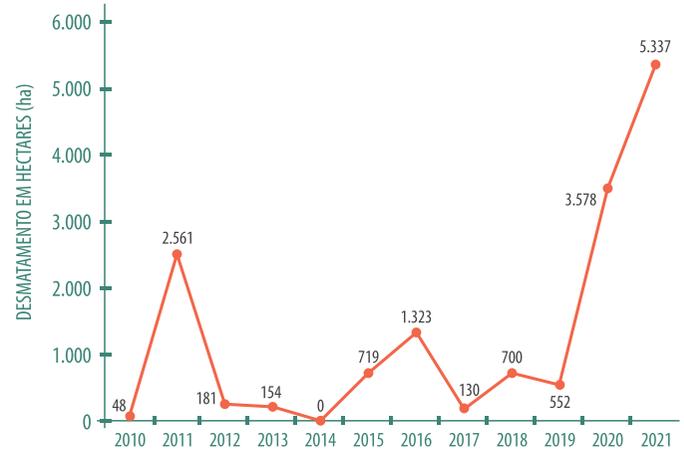
Desmatamento em março:

- 2020
- 2021

COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS DA INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A MARÇO DE 2020



DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE MARÇO (2010 A 2021)





ÁREAS PROTEGIDAS

Dez Unidades de Conservação (UC) e quatro Terras Indígenas (TI) apresentaram desmatamento em março de 2021. Entre as UCs, sete bateram o recorde para março dos últimos 12 anos: Parna dos Campos Amazônicos, APA da ME do Rio Negro - Setor Tarumã-Açu/Tarumã Mirim, FES Tapauá, Flona do Aripuanã, APA da ME do Rio Negro - Setor Aturiá/Apuauzinho, Flona de Humaitá e Flona do Iquiri. Para as últimas cinco, esses também foram os primeiros registros de desmatamento para o mês na história. Destaque para a Resex Jaci-Paraná, a 9ª UC mais desmatada na Amazônia Legal, com perda de 88 ha.

Na mesma esteira, as TIs Karipuna, Murutinga/Tracajá, Apurinã (km 124 BR-317) e Kaxarari bateram recorde de desmatamento para março dos últimos 12 anos. Para as duas últimas, esses também foram os primeiros registros de desmatamento para o mês. A TI Karipuna foi a 8ª mais desmatada da Amazônia Legal no período.

6%
DAS 69 TERRAS
INDÍGENAS (TIs)
APRESENTARAM DESMATAMENTO

24%
DAS 42 UNIDADES
DE CONSERVAÇÃO (UCs)
APRESENTARAM DESMATAMENTO



LISTA DE TIs
MONITORADAS

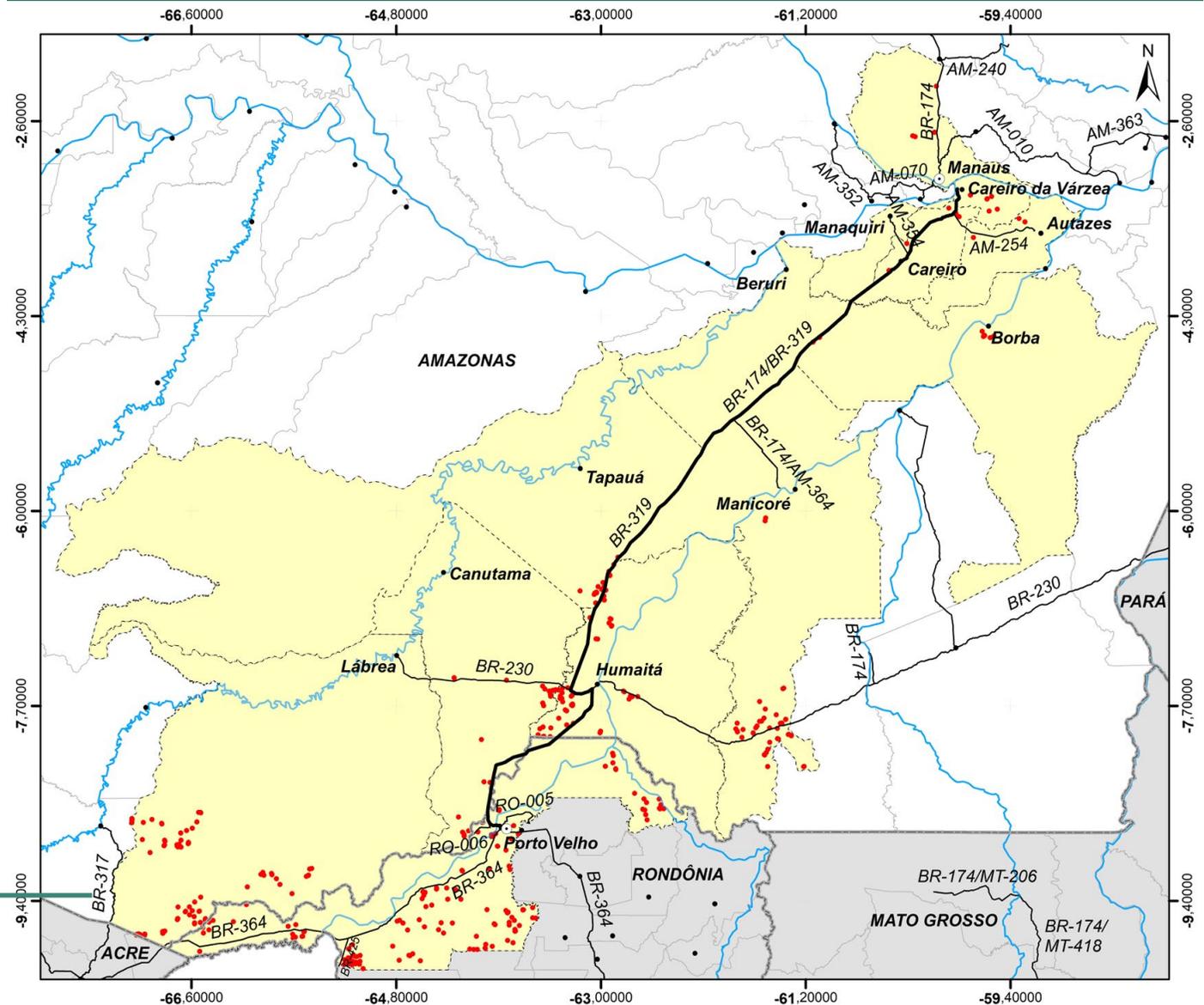


LISTA DE UCs
MONITORADAS



As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (<https://imazongeo.org.br/#/>). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.

Mapa de Desmatamento nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Março 2021



Monitoramento da Covid-19

NOVOS CASOS

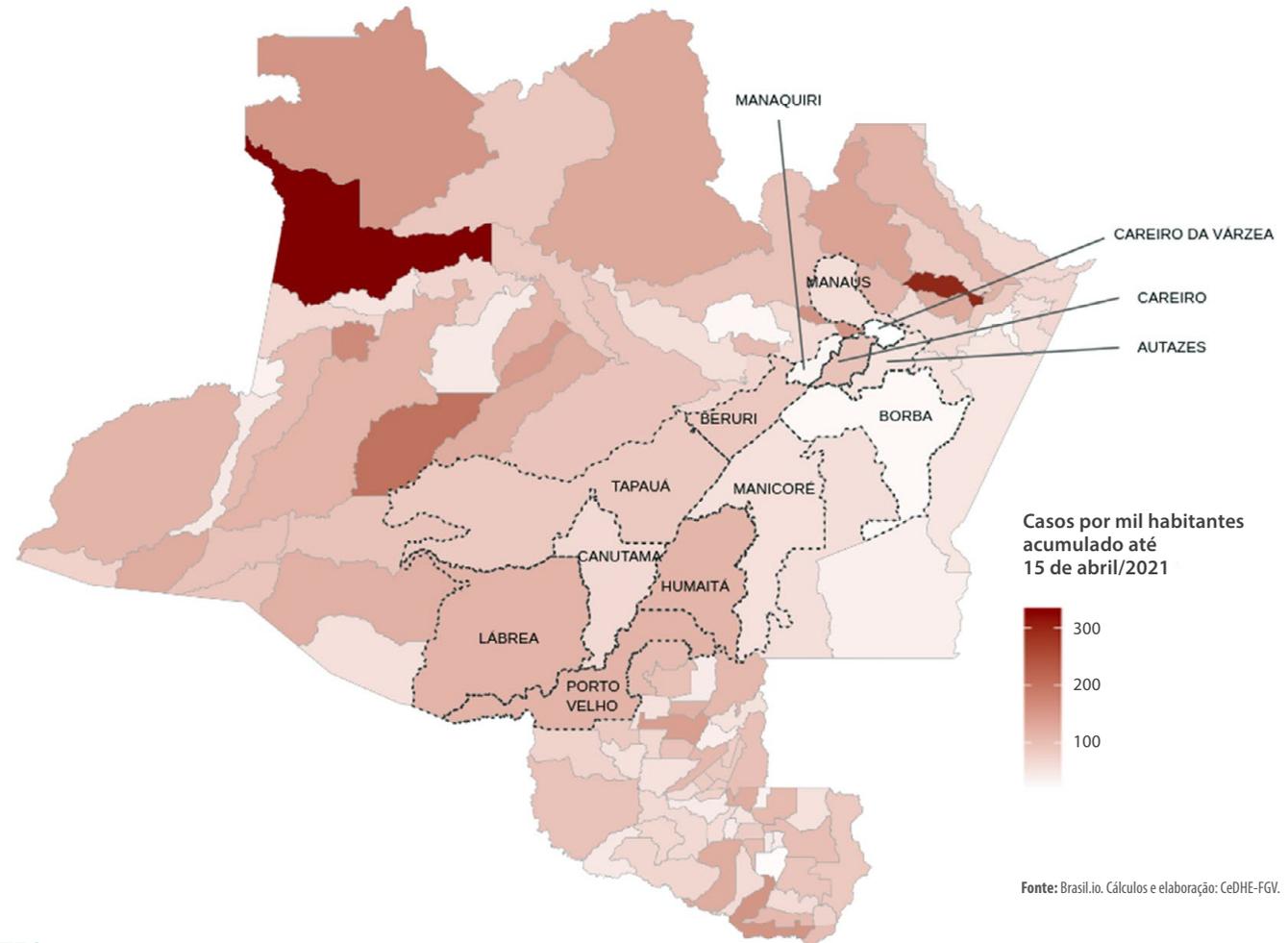
Nove dos 13 municípios registraram mais de 100 novos casos de Covid-19 entre 15 de março e 15 de abril deste ano. Esses municípios são apresentados na tabela abaixo. Esses novos casos representaram um aumento de 37% no número de casos de Covid-19 acumulados desde o início da pandemia em Manicoré; 21,6%, em Canutama e 15,6%, em Porto Velho, os municípios com maior variação. O crescimento acentuado em Manicoré fica evidente no gráfico de linhas dos municípios do interior (em roxo).

MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 COM MAIS DE 100 NOVOS CASOS DE 15 DE MARÇO A 15 DE ABRIL DE 2021

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE CASOS NOVOS
Manaus	12.021
Porto Velho	9.508
Manicoré	1.057
Lábrea	732
Humaitá	460
Canutama	223
Autazes	182
Borba	147
Beruri	101

Fonte: Brasil.io. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV.

Mapa das áreas com casos de Covid-19 nos 13 municípios da influência da BR-319 - Acumulado até 15 de abril/2021.



Fonte: Brasil.io. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV.

MORTES

Entre 15 de março e 15 de abril, houve 480 mortes em Porto Velho e 403 mortes em Manaus. No interior, os municípios onde houve mais mortes foram Manicoré, com 19 mortes, Humaitá, com 13, e Careiro da Várzea, com 10 mortes. Não houve mortes apenas em Beruri e Canutama.

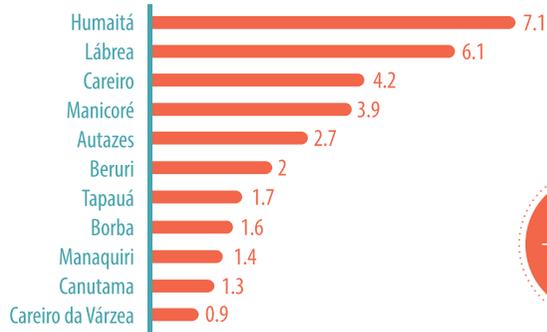


CASOS ACUMULADOS

Manaus já ultrapassou os 165 mil casos e Porto Velho, os 70 mil casos de Covid-19 até o último dia 15 de abril, conforme o gráfico de barras. No interior, Humaitá e Lábrea lideram o número acumulado de casos, com mais de 5 mil casos cada um, conforme os gráficos de barras.

Conforme o mapa, Humaitá, Lábrea e Porto Velho são os municípios com o maior número de casos de Covid-19 acumulados por mil habitantes. Esses municípios já somam 127, 130 e 130 casos a cada mil habitantes, respectivamente.

13 MUNICÍPIOS DA INFLUÊNCIA DA BR-319 - CASOS ACUMULADOS COVID-19



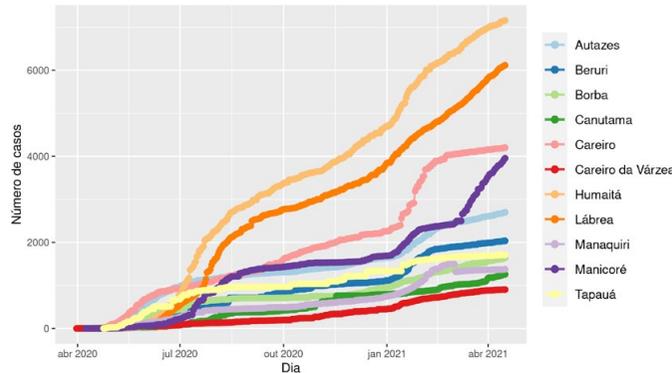
Dados por mil casos
Até 15 de Abril de 2021

CAPITAIS DA INFLUÊNCIA DA BR-319 - CASOS ACUMULADOS COVID-19



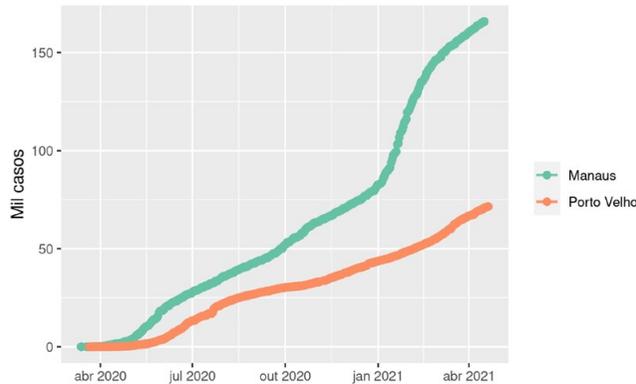
Fonte: Brasil.io. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV.

CRESCIMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS DA INFLUÊNCIA DA BR-319*



Fonte: Brasil.IO. Elaboração: CeDHE-FGV.

CRESCIMENTO NAS CAPITAIS DA INFLUÊNCIA DA BR-319



Fonte: Brasil.IO. Elaboração: CeDHE-FGV.

CLIQUE AQUI E ACOMPANHE A VACINAÇÃO EM CADA ESTADO

NÚMEROS DA PANDEMIA NO BRASIL

- Plataforma oficial do Governo Federal
- Painel Conass Covid-19

NÚMEROS DA PANDEMIA NA AMAZÔNIA, AMAZONAS E RONDÔNIA

- InfoAmazônia – Mapa interativo Covid-19
- Plataforma oficial do Estado do Amazonas
- Plataforma oficial do Estado de Rondônia
- ODS Atlas Amazonas - Covid-19-Amazonas

NÚMEROS DA PANDEMIA NA POPULAÇÃO INDÍGENA

- Boletim epidemiológico da Sesai – Casos indígenas
- Coiab – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- ISA - Instituto Socioambiental: Indicador de vulnerabilidade das Terras Indígenas em relação a Covid-19



Ciência



Educação como resistência e manutenção cultural

Por **Angelisson Tenharim**, com o nome ancestral Japií

Cada povo indígena tem a sua maneira de educar através de sistemas culturais embasados na ancestralidade.

O contato com os não indígenas deu origem à Educação Intercultural, que consiste na esquematização da educação em um sistema híbrido, com conhecimentos ancestrais e com conhecimentos não indígenas aplicados às necessidades da realidade local. Isso é o que chamamos, nas universidades, de Educação Intercultural. A minha pesquisa de mestrado vai além: busca unir a Educação Intercultural à sustentabilidade para criar uma ferramenta de luta e resistência cultural. Meu trabalho mostrará claramente a organização social dos Tenharim e sua visão de mundo em relação aos empreendimentos que afetam diretamente a natureza e os povos indígenas. Além disso, me baseio nas leis e decretos vigentes para mostrar como fortalecer a luta indígena.

O meu objetivo é que essa modalidade de educação possa ser



Angelisson Tenharim é aluno de mestrado na Ufam.

utilizada pelo meu povo Tenharim-Pyri/Kagwahiwá, e demais povos, para melhorar a qualidade de vida sem descartar aspectos culturais. É importante destacar que na Ciência dos não indígenas a sustentabilidade é apenas um conceito.

Nós, indígenas, prezamos por uma relação com a natureza, que é praticada todos os dias, e não apenas em fins de semana ou ocasiões



esporádicas. Esse relacionamento reafirma, através de conhecimentos repassados pelos nossos antepassados a nossa identidade.

O tema da pesquisa é inédito e a maneira como está sendo realizada também, pois é a primeira vez que um Tenharim, e não um pesquisador não indígena, produz algo do tipo. Os pesquisadores que vieram antes de mim, por não conhecerem a minha cultura, acabaram escrevendo artigos superficiais, com base apenas nas suas observações. Esse trabalho tem outro peso, pois é um indígena colocando suas formas de vida e visão de mundo em relação ao tema.

Uma das coisas que mais me estimularam é que, na maioria das vezes, a Ciência indígena não é reconhecida e nem valorizada como deveria. Daí a necessidade de mostrar que também temos uma Ciência milenar e também temos uma educação.

Meu trabalho dá ênfase e visibilidade ao modo de vida Tenharim, mostrando e valorizando a sua forma própria de educar — na oralidade e na prática. Esse trabalho também é um registro do nosso conhecimento e da nossa ciência. Eu considero a iniciativa um passo importante e um primeiro movimento que deve inspirar outros pesquisadores indígenas de comunidades da BR-319 e da BR-230.

Angelisson Tenharim é indígena do povo Tenharim e aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

Fotos: Angelisson Tenharim / Arquivo Pessoal



Minuto BR

IEB no ATL

O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) contribuiu para demarcar telas (mote da programação *on-line* que faz analogia com a demarcação de terras) durante da edição *on-line* do #ATL2021. A discussão “Impactos de empreendimentos em territórios indígenas na Amazônia brasileira: resistência e experiências de luta” contou com a mediação da assessora do Programa Povos Indígenas, do IEB, Marcela Menezes e a participação de representantes de organizações indígenas da Amazônia.



Assista aos vídeos

Ensaios

Bruno Walter Caporrino é um dos antropólogos que contribuiu para a coletânea de ensaios “Em busca do bem viver: experiências de elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas”. A publicação apresenta reflexões de indigenistas e antropólogos que participaram de processos de elaboração de ferramenta nos estados do Acre, Amapá, Mato Grosso, Maranhão, Pará e Roraima.



Clique e Baixe o PDF

Repúdio à boiada

O Idesam e a WWF-Brasil, organizações que fazem parte do Observatório BR-319, assinaram com outras entidades, pesquisadores e autoridades, uma nota de repúdio à ‘boiada’ que a Assembleia Legislativa de Rondônia passou ao reduzir Unidades de Conservação em favor de grileiros de terras públicas e desmatadores ilegais. O alvo foi a Reserva Extrativista (Resex) Jaci-Paraná, uma das mais desmatadas do Brasil, que foi reduzida em quase 90%, passando de 193 mil ha para 22 mil ha; e o Parque Estadual de Guajará-Mirim, que perdeu 55 mil hectares. Saiba mais detalhes e leia a nota completa.



Clique e Baixe o PDF



Expediente

Coordenação // Fernanda Meirelles (Idesam)

Edição, Editoração e Textos // Izabel Santos (Idesam)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam);

Thiago Marinho (Idesam)

Análises e Textos // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam)

Levantamento de Dados e Mapas // Thiago Marinho (Idesam)

Covid-19 // Eliana Lins Morandi (CeDHE-FGV)

Revisão // Angélica Mendes (WWF-Brasil); Bruno Taitson (WWF-Brasil; Clarissa Beretz (IEB);

Paula Carolina Paes Guarido (Idesam); Fernanda Meirelles (Idesam); Thiago Marinho (Idesam);

e Ana Cíntia Guazzelli

Coordenação de Divulgação // Samuel Simões Neto (Idesam)

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmento (SS Design)

www.observatoriobr319.org.br

REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO
BR-319



FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



idesam



IEB
INSTITUTO INTERNACIONAL
DE EDUCAÇÃO DO BRASIL

